

## CARTA ABERTA AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E SOCIEDADE CIVIL NO TOCANTE ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PARANÁ

Finalizado o ano de 2011, é com alegria e também com senso de responsabilidade que o Grupo de Pesquisa **Corpo, Cultura e Ludicidade**, da Universidade Estadual de Maringá, concluiu a investigação em comunidades quilombolas no Paraná a partir do mapeamento das políticas públicas de esporte e lazer encontradas nessas localidades e de suas práticas corporais. A responsabilidade que nos toca, no momento, é contribuir com a disseminação dos dados coletados no intuito de que eles auxiliem no reconhecimento dessas comunidades e de suas carências pelo poder público, órgãos competentes e sociedade civil no sentido de uma intervenção apropriada.

A investigação sobre políticas públicas de esporte e lazer e práticas corporais em comunidades quilombolas no Paraná é inaugurada pelo Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade. O financiamento para a coleta de dados nessas comunidades deu-se, de 2008 a 2009, pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer/Ministério do Esporte e, de 2010 a 2011, pela Fundação Araucária, aspecto que garantiu a identificação das condições de trabalho, saúde, educação, transporte, religião e, notadamente, práticas corporais de esporte e lazer em 27 comunidades quilombolas, das 34 certificadas no Estado. Dessa pesquisa resultou o documentário *Políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas no Paraná*, que segue junto com essa carta, o qual retrata parte do que pudemos observar nessas localidades e a necessidade explícita de intervenção adequada pela melhoria de seus meios existenciais. Um livro se encontra no prelo junto à editora universitária (EDUEM), previsto para 2012, assim como capítulos de livro, artigos e dissertações de mestrado, os quais pretendem contribuir com as lutas pela visibilidade e reconhecimento dessas comunidades, especialmente em relação a esporte e lazer.

A partir das imersões realizadas nas comunidades investigadas verificam-se problemas recorrentes que retratam realidades que destoam do momento social e econômico do Brasil – um país em franco desenvolvimento, que comporta comunidades quilombolas historicamente negligenciadas, e que hoje convivem quase com completa ausência de acesso aos direitos sociais universais previstos constitucionalmente a todos os brasileiros. O Quadro 1 apresenta as comunidades quilombolas investigadas e a realidade das políticas públicas de esporte e lazer.

<b>Municípios</b>	<b>Comunidades quilombolas remanescentes pesquisadas</b>	<b>Políticas públicas de esporte e lazer Sim</b>	<b>Políticas públicas de esporte e lazer Não</b>
<b>Guáira</b>	1) Manoel Ciriaco dos Santos		X
<b>São Miguel do Iguçu</b>	2) Apepu		X
<b>Curiúva</b>	3) Água Morna 4) Guajuvira		X X
<b>Guarapuava</b>	5) Invernada Paiol de Telha		X

<b>Candói</b>	6) Cavernoso 7) Vila Tomé 8) Despraiado		X X X
<b>Lapa</b>	9) Feixo 10) Vila Esperança	<b>PST</b>	
<b>Ponta Grossa</b>	11) Santa Cruz 12) Sutil		X X
<b>Campo Largo</b>	13) Palmital dos Pretos		X
<b>Guaraqueçaba</b>	14) Batuva 15) Rio Verde		X X
<b>Adrianópolis</b>	16) São João 17) Córrego do Franco 18) Estreitinho 19) Córrego das Moças 20) Porto Velho 21) Praia do Peixe		X X X X X X
<b>Bocaiúva do Sul</b>	22) Areia Branca		X
<b>Castro</b>	23) Serra do Apon 24) Limitão 25) Mamãs 26) Tronco		X X X X
<b>Doutor Ulysses</b>	27) Varzeão		X

De modo geral, o estudo em 27 comunidades quilombolas no Estado aponta para o desenvolvimento de uma única política pública de esporte e lazer efetivada na Comunidade do Feixo, ainda não diretamente pensada para a realidade quilombola e para a variedade de práticas corporais de esporte e lazer. Atenta, ainda, para o interesse de várias comunidades por políticas de esporte e lazer em interlocução com outras políticas que fomentem condições materiais e existenciais a esses grupos sociais.

Destacam-se, nessas comunidades, problemas no acesso à **educação** (alguns quilombos não possuem escolas e, em outros, há oferta apenas das séries iniciais do ensino fundamental, com condições precárias); à **saúde** (com pouca ou nenhuma assistência pública de médicos e demais profissionais, observando-se problemas com saneamento básico, tratamento de resíduos sólidos, poluição da terra e da água em função da prática agrícola predatória da vizinhança); a condições mínimas de **empregabilidade e renda** (os quilombolas sofrem com a sazonalidade do emprego informal ligado principalmente à agricultura); à **posse da terra** (o INCRA certificou as terras como quilombolas, com base no decreto presidencial nº 4.887/2003, mas não garantiu a posse aos legítimos donos); a **políticas culturais, de esporte e lazer** (há necessidade urgente de valorizar práticas corporais já presentes nas comunidades e identificar, junto a elas, o que gostariam de ter acesso em termos de esporte e lazer, que políticas de valorização da cultura afro-brasileiras poderiam ser potencializadas, respeitando-se, inclusive, as diferenças religiosas que geram, também, interesses diversificados em relação às práticas corporais).

Os problemas encontrados nessas comunidades são maximizados pelas dificuldades de acessibilidade aos centros urbanos, ora limitada pela precariedade de estradas e pontes, ora pela

restrição econômica em custear o pedágio que as separa do centro urbano municipal mais próximo, a exemplo do pedágio existente entre a comunidade do Feixo e a cidade da Lapa.

Mediante o exposto, essa carta aberta traz ao conhecimento público a experiência obtida nessas comunidades, revelando carências e necessidades de intervenção com a finalidade explícita de sugerir e cobrar do poder público políticas que possam proporcionar o acesso a condições materiais e existenciais dignas de todo cidadão, bem como o acompanhamento rigoroso dessas ações.

Em relação à **educação**, que sejam oferecidos professores qualificados, condições físicas, materiais, transporte, recursos humanos e alimentação adequados; que a educação quilombola seja pautada pelo conhecimento da história de lutas do negro no Brasil e de sua diversidade cultural, aspectos camuflados em meio a uma educação de orientação europeia, norte-americanizada e por práticas racistas e discriminatórias.

Na área da **saúde**, que sejam possibilitados o acesso ao atendimento médico especializado, implantação e ampliação do Programa Saúde da Família, além de políticas de saneamento básico, acesso à água potável e captação do lixo.

Em relação à **acessibilidade** aos quilombos, que ela seja melhorada, com a recuperação e construção de estradas e pontes que possam facilitar o acesso à saúde, à educação, ao emprego e à entrada de gêneros alimentícios.

No tocante a **emprego e renda**, que o Estado possibilite, em todas as instâncias, condições para que eles possam estruturar seus próprios mecanismos de subsistência, garantindo o acesso a condições dignas de educação, saúde, transporte, lazer, entre outros.

Na área de **esporte e lazer**, que sejam promovidas políticas que considerem: a continuidade e melhoria da única política pública de esporte e lazer implantada na comunidade do Feixo (Lapa), que se refere ao Programa Segundo Tempo/Ministério do Esporte, e ampliação da oferta de práticas corporais aos quilombolas por meio de outros Programas, numa perspectiva intergeracional que estimule a ação comunitária, a melhoria da auto-estima, a relação entre os gêneros e que dê condições para superar a monocultura do futebol (embora com oferta de meios apropriados para sua realização), dando estímulo e promovendo ações para a experiência em outros esportes e atividades artístico-culturais.

Em complemento, é fundamental que essas ações não estejam isoladas, mas interligadas a outras esferas que promovam melhorias no campo do trabalho, da habitação, do transporte, da saúde, da educação e segurança pública, otimizando o diálogo entre os governos municipal, estadual e federal. Torna-se essencial a interlocução entre as secretarias municipais, estaduais, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Ministério do Esporte, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, Ministério da Educação,

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério dos Transportes e Ministério do Meio Ambiente. Somente com ações intersetoriais será possível conjugar esforços para a melhoria das condições existentes e implementação de ações ainda carentes nessas comunidades. Políticas como Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Mais Educação, Programa Segundo Tempo (PST), Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), Programa Brasil Quilombola, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa de Segurança Alimentar Nutricional (SAN), entre outros, já são realidade no contexto brasileiro, embora careçam de interlocuções e expansão junto a populações carentes, como a quilombola.

Espera-se, com isso, que o esporte e lazer não sejam camuflados, esquecidos e negligenciados em meio aos megaeventos esportivos que o Brasil irá sediar. Torna-se necessário uma Secretaria Nacional de Esporte e Lazer forte, com recursos humanos e financeiros, autonomia para agir de modo coerente e responsável, que se preocupe com a formação de lideranças comunitárias e invista em sua capacitação, que possibilite a implementação de programas de esporte e lazer nas comunidades (a exemplo do PELC), que amplie o conagraçamento de pesquisadores voltados para as políticas públicas de esporte e lazer por meio de redes de pesquisa (a exemplo da Rede Cedes) e que fomente programas sociais pautados em uma política intersetorial, que reconheça as demandas populacionais e busque mecanismos para atendê-las.

Por fim, deixamos nosso agradecimento às comunidades que nos acolheram com carinho, alimentação, estadia, banho e que nos proporcionaram inúmeros aprendizados. A elas, nossa gratidão, reconhecimento e nossos esforços, no campo da academia e dos limites institucionais, na tentativa de contribuir com uma luta que não é só delas.

Maringá, 05 de dezembro de 2011.

**Grupo de Pesquisa *Corpo, Cultura e Ludicidade***  
*Departamento de Educação Física*  
*Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM-UEL*  
*Universidade Estadual de Maringá*